

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - ECONOMIA

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Uma revista de Educação mostrava o seguinte segmento:

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas, afluentes de rios ou a morfologia dos insetos para ter depois seus conhecimentos testados e avaliados por notas que não diferenciam as vocações ou interesses individuais. É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

1

Entre as ideias defendidas no texto 1, a única que NÃO está presente é:

- (A) a criatividade deve ser priorizada nos modelos pedagógicos;
- (B) as notas dadas às provas não visam aos interesses pessoais;
- (C) o ensino teórico é uma decorrência dos exames vestibulares;
- (D) os exames vestibulares não avaliam com critérios válidos;
- (E) alguns tópicos tradicionais do ensino são inúteis nos exames vestibulares.

2

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas...”; o gerúndio “obrigando” (texto 1) poderia ser adequadamente substituído pela seguinte forma desenvolvida:

- (A) e obrigam;
- (B) e para obrigar;
- (C) mesmo que obriguem;
- (D) quando obrigam;
- (E) à medida que obrigam.

3

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular...”; esse segmento (texto 1) mostra uma forma de voz passiva - “são direcionados” - sem que haja menção do agente dessa ação.

O pensamento abaixo em que há uma forma de voz passiva com a indicação do agente é:

- (A) “A natureza só é comandada se é obedecida”;
- (B) “Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido”;
- (C) “O mundo será julgado pelas crianças. O espírito da infância julgará o mundo”;
- (D) “Existe alguma religião cujos fiéis possam ser apontados como nitidamente mais amáveis e dignos de confiança do que os de qualquer outra?”;
- (E) “A sabedoria não pode ser transmitida. A sabedoria que um sábio tenta transmitir soa mais como loucura”.

4

“É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

Nesse segmento do texto 1, há a correta utilização da expressão “ao invés de”, que é muitas vezes confundida com “em vez de”.

A frase abaixo em que se deveria empregar “em vez de” em lugar de “ao invés de” é:

- (A) O pai decidiu matricular o filho numa escola pública ao invés de uma privada;
- (B) Não é de hoje que as escolas brasileiras preferem o retrocesso ao invés do progresso;
- (C) Muitos professores dão destaque à teoria ao invés de priorizar a prática;
- (D) Os livros didáticos utilizam imagens ao invés de textos;
- (E) As escolas utilizam processos de avaliação rápidos ao invés de processos mais lentos e mais eficientes.

Texto 2

“Nós conhecemos você tanto quanto você nos conhece.

E não há nada melhor que isso: confiança.

O que nos move é você. Seu jeito de ser, o que valoriza.

Faz sentido pra você, faz sentido pra gente.

A gente veste a sua camisa”.

Esse texto está fixado na parede de uma loja de roupas masculinas e funciona como um texto publicitário da loja.

5

A finalidade principal do texto 2 é:

- (A) indicar a sofisticação dos produtos da loja por meio de uma linguagem formal;
- (B) mostrar a preocupação da loja com o que o cliente veste;
- (C) demonstrar a informalidade no atendimento;
- (D) produzir proximidade social entre loja e cliente;
- (E) destacar o fácil acesso do cliente à loja.

6

Sobre a estruturação geral do texto 2, a afirmação INADEQUADA é:

- (A) os pronomes “Nós” e “você” (linha 1) se referem, respectivamente, à loja e ao cliente potencial;
- (B) na linha 2, o pronome “isso” deveria ser substituído por “isto”;
- (C) o vocábulo “confiança” mostra a referência do pronome “isso”;
- (D) a frase final do texto mostra ambiguidade intencional;
- (E) a expressão “a gente” equivale perfeitamente ao pronome “nós”.

7

Uma editora paulista mostra o seguinte texto publicitário na agenda que entrega a clientes e amigos:

DA SEMENTE AO LIVRO

Sustentabilidade por todo o caminho

Plantar florestas – A madeira que serve de matéria-prima para nosso papel vem de plantio renovável, ou seja, não é fruto de desmatamento. Essa prática gera milhares de empregos para agricultores e recupera áreas ambientais degradadas.

Sobre esse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) o “caminho” presente no título é o que vai “da semente ao livro”;
- (B) o segmento “Plantar florestas” mostra a finalidade da editora;
- (C) a expressão “ou seja” corrige um possível erro de interpretação;
- (D) o termo “Essa prática” se refere ao “desmatamento”;
- (E) a editora mostra preocupação com a poluição e o desemprego.

8

Na orelha do livro “A Bíblia: uma biografia” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2007), aparece o seguinte texto:

“A principal função da Bíblia, no entanto, ao longo de sua demorada gestação, não foi apoiar doutrinas e crenças particulares [...]. A produção de uma escritura sagrada consistiu antes em atividade contínua, um processo que buscava introduzir milhares de pessoas à transcendência”.

A informação abaixo que NÃO pode ser depreendida da leitura desse texto é:

- (A) o termo “no entanto” indica que esse segmento não é a parte inicial do texto;
- (B) o texto contraria a ideia de ser a Bíblia a base de apoio a doutrinas e crenças;
- (C) o termo “antes” indica um momento anterior de produção da Bíblia;
- (D) o termo “processo” retoma “atividade contínua”;
- (E) o verbo “introduzir” se refere a uma nova atividade para as pessoas.

Texto 3

“Hoje, em todo o mundo, cerca de 550 milhões de pessoas estão conectadas à Internet – quase 9 milhões delas no Brasil. Quando a rede de computadores começou a popularizar-se, dez anos atrás, os apocalípticos de plantão, sempre eles, logo alardearam que os efeitos colaterais mais nefastos desse fenômeno seriam o isolamento e a alienação. Que as pessoas deixariam de relacionar-se, que se tornariam ainda mais sedentárias, que teriam o seu cotidiano moldado por uma espécie de irrealidade digital, que emburreceriam, e por aí vai”. (Veja, 03/03/2004, p. 85)

9

Argumentativamente, o texto 3:

- (A) condena indiretamente a Internet, mostrando ironicamente argumentos contra ela;
- (B) parte de uma afirmação inicial indiscutível para, em seguida, explicitar alguns de seus termos;
- (C) mostra que algumas críticas apressadas se tornam ridículas com o passar do tempo;
- (D) procura historicamente justificar algumas críticas contra a Internet;
- (E) critica as pessoas que, usando a Internet, se afastam do convívio social.

10

O texto 3 traz uma série de vocábulos e expressões que revelam uma interferência do autor em oposição crítica; o termo abaixo que marca inicialmente essa oposição é:

- (A) “popularizar-se”;
- (B) “apocalípticos de plantão”;
- (C) “sempre eles”;
- (D) “alardearam”;
- (E) “efeitos colaterais”.

Texto 4

Na página inicial de uma prova, entre as instruções gerais, estava escrito:

“Será eliminado sumariamente do processo seletivo e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

- i) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
- ii) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
- iii) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
- iu) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o indicado para esse fim;
- u) cometer um ato grave de indisciplina”.

11

Uma outra forma, mais conveniente, de redigirem-se as duas primeiras linhas do texto 4 é:

- (A) As provas não serão levadas em consideração e será eliminado sumariamente do processo seletivo, o candidato que:
- (B) O candidato não terá suas provas levadas em consideração e será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que:
- (C) Será eliminado sumariamente do processo seletivo (as suas provas não serão levadas em consideração), o candidato que:
- (D) Será eliminado sumariamente do processo seletivo o candidato que:
- (E) Será eliminado do processo seletivo e as provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

12

No texto 4, entre as situações apontadas como causadoras da eliminação do candidato, uma apresenta caráter subjetivo, ou seja, pode depender de uma opinião, que é:

- (A) a opção (i);
- (B) a opção (ii);
- (C) a opção (iii);
- (D) a opção (iu);
- (E) a opção (u).

Texto 5

A Prefeitura de Salvador faz divulgação de seu Festival da Virada em conhecidas revistas. O texto da publicidade diz o seguinte:

Festa que vira atração de 460 mil turistas,
Que vira 98% de ocupação hoteleira,
Que vira milhares de empregos,
Que vira 500 milhões de reais na economia.
Que virada!
Obrigado, Salvador!

13

A estruturação do texto 5 só NÃO compreende:

- (A) paralelismo sintático entre as frases;
- (B) jogo de palavras virar/virada;
- (C) quantificação dos benefícios do festival;
- (D) ambiguidade do substantivo “virada”;
- (E) atribuição de voz à população de Salvador.

14

Os benefícios citados no texto publicitário (texto 5) se inserem nos espaços:

- (A) econômico e social;
- (B) social e histórico;
- (C) histórico e político;
- (D) político e ideológico;
- (E) ideológico e econômico.

15

A revista *Época* de 14/01/2019 fez uma reportagem sobre o presidente americano Donald Trump e redigiu a chamada para a leitura do texto do seguinte modo:

“O presidente americano vai à TV defender a construção do muro entre os EUA e o México e prolonga o que está próximo de ser a mais extensa paralisação do governo na história”.

Sobre a estruturação gramatical desse texto, é correto afirmar que:

- (A) em lugar de “vai à TV” deveria estar “vai na TV”;
- (B) antes do infinitivo “defender” poderia ser colocado o conectivo “para que”, sem alteração das demais palavras do texto;
- (C) em “a construção do muro” e “paralisação do governo”, o emprego da preposição “de” é exigido por termo anterior;
- (D) após a palavra “México” deveria haver uma vírgula;
- (E) o vocábulo “paralisação” deveria estar grafado “paralizaçãõ”.

16

Uma editora acaba de lançar o livro “Os Meninos da Caverna”, que conta a dramática história do resgate de um time de futebol juvenil que ficou dezoito dias preso em uma caverna na Tailândia.

A capa do livro traz o seguinte texto:

“O passeio de um sábado à tarde que durou dezoito dias preocupou o mundo e mobilizou mil pessoas em um resgate quase impossível na Tailândia”.

O problema estrutural desse pequeno texto da capa é:

- (A) a má seleção vocabular do termo “passeio”;
- (B) a possível ambiguidade do termo “na Tailândia”;
- (C) a inclusão de exageros evidentes para atrair o leitor;
- (D) a presença de várias formas verbais com o mesmo sujeito;
- (E) a ausência de vírgula após “mil pessoas”.

17

Na divulgação do livro *“Os Meninos da Caverna”*, aparece o seguinte texto:

“Os Meninos da Caverna vai muito além do resgate espetacular, mergulhando na origem dos Javalis Selvagens [nome do time de futebol] e visitando o contexto político, social e religioso do país. Traz, ainda, os cenários do Sudeste Asiático e destrincha por que o time se tornou um dos símbolos de solidariedade mundial, em uma história capaz de desviar as atenções de uma Copa do Mundo”.

Entre as qualidades apontadas no texto acima, só NÃO aparece citado o seguinte valor:

- (A) aspectos históricos;
- (B) descrições paisagísticas;
- (C) interpretação de alguns fatos;
- (D) ausência de intervenção do divulgador;
- (E) narrativa de ação.

18

No início de um comentário na revista *Época*, 14/01/2019, o jornalista Helio Gurovitz diz:

“Nenhum presidente de empresa privada acumula tanto poder, controla tantos destinos, atrai tanta inveja. Nenhum outro posto da administração pública sofre tanta pressão, recebe tanto escrutínio, é alvo de tantos ataques. Nenhum emprego tem, simultaneamente, tamanha força e fragilidade. É o pior emprego do mundo”. Assim o cargo do ministro Paulo Guedes é definido pelo jornalista Thomas Traumann em *O pior emprego do mundo*, lançado no meio da campanha eleitoral do ano passado.

O texto segue uma estrutura de suspense construída da seguinte forma:

- (A) cita inicialmente características para depois mencionar o objeto caracterizado;
- (B) utiliza primeiramente aspectos gerais para depois concretizá-los;
- (C) mostra aspectos contraditórios para depois esclarecê-los;
- (D) qualifica determinado cargo para depois justificar as qualificações;
- (E) constrói uma sequência de frases para depois resumi-las numa só afirmativa.

Texto 6

Um texto de divulgação de um novo romance diz o seguinte:

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão. Ao que parece, tentaram matá-lo, mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali. Muito menos de seu passado recente. Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta. Essa dolorosa ausência imperceptível é a brecha para dar vazão à sua revolta com o mundo contemporâneo e começar uma nova vida. Entre seus planos: executar criminosos intocados pela Justiça e escrever um best-seller. Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque”.

(*Época*, 14/01/2019, p. 37)

19

Muitos segmentos do texto 6 podem ser reescritos sem modificação de seu sentido ou alteração na correção; a frase em que ocorre modificação ou erro é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda ferido gravemente no meio de um lixão;
- (B) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda, no meio de um lixão, gravemente ferido;
- (C) “Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque” / Mas uma paixão arrebatadora e verdadeira coloca tudo em xeque;
- (D) “mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali” / mas dos fatos que o levaram até ali ele não se recorda;
- (E) “Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta” / Se houvesse alguém para sentir sua falta, seria dado como desaparecido.

20

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão”; a palavra “lixão”, apesar do sufixo aumentativo, não mostra esse valor, formando um vocábulo com novo sentido (texto 6).

O mesmo ocorre em:

- (A) casa / casarão;
- (B) papel / papelão;
- (C) homem / homenzarrão;
- (D) pacote / pacotão;
- (E) cão / canzarrão.

21

O segmento do texto 6 em que a forma de apassivação é INADEQUADA é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido” / Um homem é acordado gravemente ferido;
- (B) “para sentir sua falta” / para sua falta ser sentida;
- (C) “para dar vazão” / para ser dada vazão”;
- (D) “começar uma nova vida” / uma nova vida ser começada;
- (E) “executar criminosos” / criminosos serem executados.

22

A opção abaixo que mostra uma substituição semântica corretamente realizada, a partir de segmentos do texto 6, é:

- (A) “passado recente” / passado ainda não esquecido;
- (B) “ausência imperceptível” / ausência despercebida;
- (C) “mundo contemporâneo” / mundo em evolução;
- (D) “nova vida” / vida recente;
- (E) “criminosos intocados” / criminosos não punidos.

23

Numa entrevista com a pesquisadora Moira Weigel, ocorre o seguinte diálogo:

— Qual a definição de politicamente correto?

— Para mim, politicamente correto é um sinônimo de educação. Essa é minha definição. Para outras pessoas, críticas do conceito, politicamente correto quer dizer algo ruim, uma espécie de censura que impede que as pessoas falem livremente sobre todos os assuntos”.

A frase abaixo em que a afirmação feita está de acordo com a definição dada pela entrevistada é:

- (A) “o politicamente correto veio colocar racismo onde não havia”;
- (B) “o politicamente correto pretende melhorar o convívio”;
- (C) “o politicamente correto acaba com a liberdade de expressão”;
- (D) “o politicamente correto acaba com o preconceito”;
- (E) “o politicamente correto valoriza as minorias”.

24

Sobre uma nova espécie de droga, as *smart drugs*, a chamada para um texto de jornal diz o seguinte:

“Drogas apelidadas de *smart drugs* por supostamente aumentarem a inteligência ganham cada vez mais adeptos, apesar de pesquisas desmentirem seus efeitos”.

A substituição de um conectivo que está corretamente realizada é:

- (A) “por supostamente aumentarem” / já que supostamente aumentassem;
- (B) “por supostamente aumentarem” / visto que supostamente aumentavam;
- (C) “apesar de pesquisas desmentirem” / embora pesquisas desmentissem;
- (D) “apesar de pesquisas desmentirem” / ainda que pesquisas desmintam;
- (E) “apesar de pesquisas desmentirem” / mesmo que pesquisas desmentem.

25

“Pensamos com o idioma; se é mal usado, pensaremos mal!”
(Fernando Lázaro Carreter)

Para esse linguista, a função da língua escrita é:

- (A) preservar o saber construído;
- (B) produzir conhecimentos;
- (C) criar arte;
- (D) memorizar dados;
- (E) manter valores político-sociais.

Texto 7

“O voo de Santos Dumont foi fruto de uma idéia revolucionária, assim como os micro-computadores e a rede que hoje chamamos de Internet”.

26

O texto 7 é um trecho de redação escolar que não obedece às modificações propostas pelo Novo Acordo Ortográfico, além de cometer outros erros ortográficos já condenados no Acordo anterior.

As palavras que mostram desobediência ao Novo Acordo são:

- (A) rêde / revolucionária / micro-computadores;
- (B) micro-computadores / rêde / Internet;
- (C) voo / rêde / micro-computadores;
- (D) rêde / Internet / voo;
- (E) Internet / rêde / revolucionária.

27

No texto 7, o segmento “ideia revolucionária” poderia ter trocado a ordem de suas palavras (revolucionária ideia) sem que isso modificasse suas classes gramaticais; a opção abaixo em que isso também ocorre é:

- (A) nova escultura;
- (B) jovem professora;
- (C) imigrante trabalhador;
- (D) velho pescador;
- (E) fanático marxista.

28

A manchete principal do *Jornal do Brasil* de 18/09/2018 mostrava o seguinte:

INSS só aliviará contas se incluir juízes e deputados

Uma outra maneira de reescrever essa frase, mantendo o seu sentido original, é:

- (A) Só INSS aliviará contas de incluir juízes e deputados;
- (B) INSS aliviará só contas de incluir juízes e deputados;
- (C) INSS aliviará contas só se incluir juízes e deputados;
- (D) INSS aliviará contas se incluir só juízes e deputados;
- (E) INSS aliviará contas se incluir juízes e só deputados.

29

Observe o corpo do texto de um aviso oficial:

Senhor Ministro,

Convida-se V. Ex^{cia}. a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional sobre Economia de Energia, a ser realizado em 5 de março próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, localizada aqui pertinho, no Setor de Áreas Isoladas Sul, nesta capital.

O Seminário mencionado inclui-se nas atividades do Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos, instituído pelo Decreto nº 99.656, de 26 de outubro de 1990, que procura, juntamente com outras iniciativas, racionalizar a utilização de aparelhos elétricos, lâmpadas etc. nos prédios públicos.

A única característica da redação oficial que é respeitada neste documento é:

- (A) a formalidade;
- (B) a impessoalidade;
- (C) a correção gramatical;
- (D) a concisão;
- (E) a padronização.

30

Aviso nº 45/SCT-PR

Brasília, 27 de fevereiro de 1991.

A Sua Excelência o Senhor

Fabício Miranda

Ministro do Meio Ambiente

Assunto: Seminário sobre economia de energia

Esse é o início de um texto representativo da redação oficial. Sobre os componentes acima indicados, a única informação INCORRETA é:

- (A) "Aviso" indica o tipo de expediente;
- (B) 45 indica o número sequencial de produção no ano de 1991;
- (C) SCT é a sigla do órgão expedidor;
- (D) PR identifica o estado do destinatário;
- (E) "Assunto" indica o conteúdo temático do texto.

NOÇÕES DE DIREITO

31

A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe o exercício da assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80/94), dentre suas funções institucionais, destaca-se a de:

- (A) exercer o controle externo da atividade policial, com o escopo de tutelar o interesse difuso da coletividade de viver em paz social;
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, em favor de vítimas de crimes consideradas hipossuficientes;
- (C) executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, exceto quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao aparelhamento da Defensoria;
- (D) prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- (E) oferecer orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, na fase judicial, vedada a atuação para solução dos litígios na esfera extrajudicial.

32

Com o escopo de garantir às Defensorias Públicas dos Estados mecanismos que lhes possibilitem cumprir suas funções constitucionais, o ordenamento jurídico lhes assegurou autonomia funcional, administrativa e iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária.

Nesse sentido, em matéria orçamentária, consoante dispõe a Lei Orgânica Nacional, as Defensorias Públicas Estaduais:

- (A) têm suas propostas orçamentárias elaboradas pelo Chefe do Poder Executivo, atendendo aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, que as encaminhará aos respectivos Tribunais de Contas estaduais;
- (B) podem realizar despesas que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, desde que previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais;
- (C) recebem do Poder Executivo os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, até o dia 5 (cinco) de cada mês ou outra data estabelecida na Constituição Estadual;
- (D) expedem suas decisões orçamentárias próprias, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, com eficácia limitada e executoriedade condicionada à concordância do Chefe do Poder Executivo;
- (E) são submetidas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo, mediante controle externo, em especial quanto à legalidade, legitimidade e aplicação de suas dotações e recursos.

33

A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado e de promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Ouvidor-Geral:

- (A) é escolhido pelo Defensor Público-Geral do Estado, dentre integrantes estáveis da carreira, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em cargo de dedicação exclusiva;
- (B) tem competência para propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado, após processo administrativo disciplinar;
- (C) é escolhido pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução;
- (D) tem competência para manter atualizados os assentamentos funcionais e os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de aferição de merecimento;
- (E) tem atribuição para decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições.

34

O IBGE divulgou a Síntese de Indicadores Sociais 2017 informando que um quarto da população brasileira (52,168 milhões de brasileiros) estava abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial em 2016 e vivia com renda mensal de até R\$ 387,07.

Com o objetivo de contribuir na política pública de combate às desigualdades sociais, a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública estabelece que a Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados e:

- (A) deverá primar pela centralização de sua organização, a fim de viabilizar o eficiente atendimento aos hipossuficientes, que deve ser promovido exclusivamente com disciplinas da área jurídica;
- (B) defenderá privativa e judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, com destaque para ações afirmativas e demarcatórias de terras em favor da coletividade indígena;
- (C) comunicar-se-á, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando esses se acharem presos ou detidos, exceto se incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos prisionais, mediante prévio agendamento;
- (D) receberá intimação, nos processos em que oficia e em qualquer grau de jurisdição ou instância administrativa, mediante publicação no Diário Oficial, contando-se em dobro todos os prazos;
- (E) poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

35

Todo início do mês, após receber seus vencimentos, Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, comemora, em seu horário de almoço, bebendo vários copos de chope e retorna, em seguida, para o Departamento de Recursos Humanos, onde está lotada. No mês passado, no dia do pagamento, Maria retornou do almoço para a repartição e, visivelmente embriagada, fez um striptease, tirando suas roupas durante dança sensual, sendo a incontinência pública e escandalosa presenciada por diversos servidores.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, após o devido processo administrativo disciplinar, Maria:

- (A) não está sujeita à pena disciplinar, pois não houve prejuízo ao erário;
- (B) não está sujeita à pena disciplinar, mas deve receber uma advertência verbal de seu superior hierárquico;
- (C) está sujeita à pena disciplinar de repreensão;
- (D) está sujeita à pena disciplinar de suspensão até 90 (noventa) dias;
- (E) está sujeita à pena disciplinar de demissão.

36

A Constituição da República de 1988 dispõe que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Para tanto, o texto constitucional estabelece que são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) indivisibilidade, vitaliciedade e unidade;
- (B) inamovibilidade, unidade e vitaliciedade;
- (C) unidade, indivisibilidade e independência funcional;
- (D) indivisibilidade, irredutibilidade de vencimentos e estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e independência funcional.

37

Com o objetivo de investir na formação e na qualificação continuada de seus servidores, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pretende realizar contratação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com determinada sociedade empresária de notória especialização. Estudos preliminares realizados revelaram que o valor proposto pela futura eventual contratada de cento e cinquenta mil reais atende à economicidade, eis que compatível com o valor de mercado.

No caso em tela, o Defensor Público-Geral do Estado:

- (A) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade tomada de preços, diante do valor do contrato;
- (B) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade concorrência, diante do valor do contrato;
- (C) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade convite, diante do valor do contrato;
- (D) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante dispensa de licitação, por expressa previsão legal;
- (E) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal.

38

Em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao grau de liberdade do administrador público que o pratica, o ato de primeira lotação de um Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública aprovado em concurso público em determinado órgão e o ato de remoção por antiguidade de um Defensor Público são, respectivamente, chamados de atos:

- (A) simples e de império;
- (B) discricionário e vinculado;
- (C) enunciativo e de gestão;
- (D) declaratório e constitutivo;
- (E) administrativo e finalístico.

39

Maria procurou atendimento no órgão da Defensoria Pública, pretendendo ajuizar ação de revisão de alimentos, para majorar o valor da pensão alimentícia que seu ex-marido Mário paga para os filhos menores em comum. Para provar que o pai das crianças possui elevada renda não declarada, Maria apresentou ao Defensor Público pen-drive contendo áudio de ligação telefônica interceptada diretamente por ela, no qual Mário conversa com uma mulher, confessando auferir 50 mil reais por mês mediante trabalho informal.

No caso em tela, com base no texto constitucional, o Defensor Público:

- (A) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, com fundamento no áudio trazido, que será imediatamente juntado aos autos, para fins de comprovação do alegado, diante da indisponibilidade do direito dos filhos menores;
- (B) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a interceptação de futuras comunicações telefônicas de Mário, para tentar obter nova prova de sua ampla possibilidade de prestar alimentos aos filhos menores;
- (C) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a juntada do áudio contendo a interceptação feita por ela da conversa telefônica em que Mário confessou possuir renda extra não contabilizada;
- (D) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de instrução de qualquer tipo de processo;
- (E) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

40

Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com especialidade em Psicologia, com o objetivo de aumentar sua renda mensal, deseja prestar novo concurso público.

Sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, de acordo com as normas constitucionais sobre a matéria, Maria:

- (A) não pode acumular dois cargos públicos, em qualquer hipótese;
- (B) não pode acumular dois cargos públicos, exceto se obtiver autorização expressa do Defensor Público-Geral do Estado;
- (C) pode acumular seu cargo atual com outro de professor, se houver compatibilidade de horários;
- (D) pode acumular seu cargo atual com outro da área da segurança pública, se houver compatibilidade de horários;
- (E) pode acumular seu cargo atual com outro da área da educação ou saúde, se houver compatibilidade de horários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

A determinação de que a Lei Orçamentária Anual não deve consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras refere-se ao princípio do(a):

- (A) exclusividade;
- (B) especificação;
- (C) transparência;
- (D) universalidade;
- (E) orçamento bruto.

42

No Brasil, a Constituição da República de 1988 concebe duas perspectivas de planejamento. Uma delas refere-se aos planos de desenvolvimento econômico e social, e está a serviço da concepção do Estado intervencionista.

As definições desses planos de desenvolvimento econômico e social:

- (A) colaboraram para restringir a expansão do orçamento fiscal;
- (B) propõem os critérios de regionalização constantes no Plano Plurianual;
- (C) indicam as prioridades e metas a serem executadas em cada orçamento anual;
- (D) assumem papel determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;
- (E) têm foco na programação da administração pública e nas autorizações orçamentárias anuais.

43

A legislação que trata da execução do orçamento pelos entes públicos apresenta autorizações e vedações, tendo em vista garantir o cumprimento dos princípios que regem a administração pública, bem como o equilíbrio financeiro e orçamentário.

Uma das autorizações refere-se:

- (A) à concessão de créditos ilimitados, quando previstos no PPA;
- (B) à abertura de crédito especial pendente de autorização legislativa;
- (C) ao início de programas não incluídos na Lei Orçamentária Anual;
- (D) à assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
- (E) à vinculação de receita de impostos para ações e serviços públicos de saúde.

44

Em um tribunal de contas há uma equipe técnica responsável por avaliar a qualidade e a adequabilidade do conteúdo das peças orçamentárias dos entes jurisdicionados. Ao analisar a LDO de um ente, um técnico ponderou que um dos conteúdos não era compatível com a legislação pertinente.

Um item que pode ter chamado a atenção do técnico refere-se a:

- (A) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- (B) definição de limites para elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário;
- (C) parâmetros para fixação das remunerações no âmbito do Poder Legislativo;
- (D) parâmetros para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- (E) proposição de metas de regionalização de despesas relativas aos programas de duração continuada.

45

A receita pública é processada em estágios que contribuem para o controle do fluxo de recursos previstos no orçamento.

O primeiro estágio de execução da receita é o lançamento, que tem como característica:

- (A) ser processado em regime de caixa;
- (B) ser exclusivo para os impostos diretos e indiretos;
- (C) ser condição para a arrecadação efetiva dos recursos;
- (D) referir-se à verificação da procedência do crédito fiscal;
- (E) referir-se à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores.

46

Uma das classificações da despesa pública exigidas pela legislação refere-se à programática. Assim, todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas.

Em relação às peculiaridades da classificação programática, é correto afirmar que:

- (A) a categoria operações especiais envolve um conjunto de ações limitadas no tempo, das quais resulta um produto;
- (B) a indicação da localização física dos programas e ações deve ser definida no orçamento;
- (C) as ações, conforme suas características, podem ser classificadas ou como atividades ou como projetos;
- (D) as atividades envolvem um conjunto de operações contínuas e permanentes para a manutenção da ação pública;
- (E) os entes devem seguir a estrutura dos programas e ações definida por portaria do Ministério do Planejamento.

47

O estágio da execução da despesa no qual são identificados, em documento próprio, o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária, é o(a):

- (A) fixação;
- (B) licitação;
- (C) empenho;
- (D) liquidação;
- (E) lançamento.

48

O conjunto de valores relativos a créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo e inscritos pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez, pode ser concebido como:

- (A) um saldo redutor dos restos a pagar da entidade;
- (B) um saldo que deve ser provisionado como perdas em cada exercício;
- (C) um saldo que ajusta os direitos já reconhecidos no patrimônio;
- (D) uma fonte de receita orçamentária do exercício em que forem lançados;
- (E) uma fonte potencial de fluxos de caixa reconhecida contabilmente no ativo da entidade.

49

Com o objetivo de ampliar o controle sobre o endividamento dos entes públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu uma série de disposições para auxiliar na identificação e no controle da dívida pública.

O item a seguir que se equipara às operações de crédito é o(a):

- (A) mútuo financeiro;
- (B) confissão de dívida;
- (C) arrendamento financeiro;
- (D) aquisição financiada de bens;
- (E) recebimento antecipado de valores.

50

Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento que, em geral, têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, mas uma das exceções refere-se aos créditos:

- (A) suplementares, com saldo em aberto;
- (B) extraordinários, abertos por decreto do Poder Executivo;
- (C) especiais, com saldo inscrito em restos a pagar;
- (D) especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício;
- (E) suplementares, abertos nos últimos quatro meses do exercício.

51

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estão excluídos da apuração da despesa total com pessoal os gastos com:

- (A) servidores inativos;
- (B) pensionistas;
- (C) serviços terceirizados;
- (D) funções gratificadas;
- (E) ocupantes de mandatos eletivos.

52

Dois dos principais agregados macroeconômicos são a renda e a despesa agregadas. Em equilíbrio, a renda e a despesa agregadas devem se igualar.

Portanto, sempre que houver déficit público, deverá ocorrer:

- (A) excesso de poupança do setor privado;
- (B) excesso de investimento público;
- (C) inflação e taxa crescente de juros;
- (D) depreciação do capital;
- (E) aumento do multiplicador do consumo.

53

Considerando o Sistema de Contas Nacionais, um aumento de despesas de capital do governo é imputado como:

- (A) débito na Conta do Produto Interno Bruto;
- (B) crédito na Conta do Produto Interno Bruto, incrementando o item Formação Bruta de Capital Fixo;
- (C) débito na Conta Corrente das Administrações Públicas, elevando o item Juros da Dívida Pública;
- (D) débito na Conta de Capital, elevando a variação de estoques;
- (E) débito na Conta de Apropriação da Renda, elevando a poupança interna.

54

No dia 03 de setembro de 2018, o portal G1 noticiou a seguinte manchete "Com superávit de US\$ 3,77 bilhões, balança comercial tem pior agosto em três anos".

Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/03/com-superavit-de-us-377-bilhoes-balanca-comercial-tem-pior-agosto-em-tres-anos.ghtml>.

A partir dessa manchete, é correto afirmar que:

- (A) a conta de serviços apresentou superávit;
- (B) o fluxo de entrada de rendas superou o fluxo de saída;
- (C) o saldo de transações correntes foi positivo;
- (D) as exportações superaram as importações, ambas *free on board*;
- (E) os excedentes de investimento direto e de investimento em carteira foram positivos.

55

Os agregados monetários (M1, M2, M3 e M4) diferem de acordo com sua liquidez. Nesse sentido, relacione cada agregado monetário com seus respectivos elementos ou características.

1. M1
2. M2
3. M3
4. M4

() Inclui apenas papel-moeda em poder do público e depósitos à vista.

() Um aumento dos depósitos de poupança eleva tanto este agregado como o(s) agregado(s) inferior(es).

() Inclui títulos públicos de elevada liquidez.

() Uma redução das cotas de fundo de renda fixa reduz tanto este agregado como o(s) agregado(s) inferior(es).

A sequência correta é:

- (A) 1, 2, 3 e 4;
- (B) 1, 2, 4 e 3;
- (C) 1, 3, 4 e 2;
- (D) 2, 4, 3 e 1;
- (E) 2, 1, 3 e 4.

56

Considerando o modelo ISLM, o caso da armadilha da liquidez é caracterizado pelo(a):

- (A) total ineficácia da política fiscal;
- (B) máxima eficácia da política monetária;
- (C) existência do efeito *crowding-out*;
- (D) elasticidade perfeita da demanda por moeda;
- (E) fato de a política monetária ser semelhante ao modelo keynesiano.

57

Segundo a Teoria “q” de Tobin, quando o mercado de ações sobrevaloriza uma empresa em termos do seu valor de reposição de capital instalado, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o valor de “q” é maior do que a unidade;
- (B) a melhor decisão é investir na empresa;
- (C) o mercado acionário é um bom termômetro da tendência de investimentos na economia;
- (D) o valor de mercado do capital instalado não supera o custo de reposição do capital;
- (E) a variável “q” é obtida pela razão do mercado acionário e o valor de reposição do capital instalado.

58

Uma das conclusões da curva de Laffer preconiza que:

- (A) existe uma relação entre receitas tributárias e não tributárias;
- (B) um aumento nos impostos implica um aumento no retorno da hora adicional de trabalho;
- (C) um aumento na taxa de impostos eleva a receita tributária apenas até um determinado ponto;
- (D) a taxa de retorno dos impostos é positiva e decrescente entre 0% e 100% do valor da alíquota de impostos;
- (E) a informalidade do trabalho é crescente com a alíquota de impostos.

59

Segundo o modelo de Solow, um aumento da taxa de poupança gera:

- (A) aumento do nível de produção *per capita* no longo prazo;
- (B) elevação permanente da taxa de crescimento da economia;
- (C) menor nível de estoque de capital por trabalhador ao longo do tempo;
- (D) no curto prazo, um excesso de estoque de capital por trabalhador em relação à depreciação do capital;
- (E) impacto nulo na renda *per capita* no curto e longo prazo.

60

A curva de Phillips estabelece um *trade-off* entre:

- (A) taxas observadas de crescimento e de inflação;
- (B) taxas observadas de desemprego e de inflação;
- (C) taxas naturais de desemprego e de inflação;
- (D) salários reais e nominais;
- (E) PIB potencial e nível de preços.

61

Em relação ao modelo IS-LM-BP, analise as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Sem mobilidade de capital e em um regime de câmbio fixo, a política monetária não afeta a renda e a taxa de juros.
- () No caso de livre mobilidade de capital em uma economia pequena com regime de câmbio flexível, a política fiscal expansionista eleva a renda e a taxa de juros.
- () Em uma economia grande com mobilidade imperfeita de capital, o regime de câmbio fixo torna a política cambial ineficaz.

A sequência correta é:

- (A) V – V – V;
- (B) V – F – V;
- (C) V – F – F;
- (D) F – F – V;
- (E) F – F – F.

62

Um analista emitiu a seguinte opinião: “Quando houver déficit público, o governo terá poupança negativa”.

Considerando uma economia com inflação nula, a opinião acima é:

- (A) recorrente, pois a arrecadação é insuficiente para cobrir os gastos com consumo e juros do governo;
- (B) correta, sempre que a soma de juros da dívida e investimento público for inferior à receita tributária;
- (C) imprecisa, pois a poupança pública pode ser positiva mas insuficiente para financiar o investimento do governo;
- (D) errada, pois a diferença entre arrecadação e a soma de consumo do governo e juros da dívida será necessariamente negativa;
- (E) errada, pois os conceitos de déficit e poupança públicos não se relacionam.

63

Relacione cada imposto listado abaixo com sua respectiva característica.

1. Imposto de Importação
2. ITR
3. IPI
4. ISS

- () de competência da União, serve como instrumento da política de comércio exterior;
- () de competência federal, classificado como imposto sobre o patrimônio e a renda com função “extrafiscal”; a cobrança e a fiscalização podem ser do município;
- () de competência federal, classificado como imposto sobre a produção e a circulação; alguns setores já se beneficiaram com sua desoneração;
- () substituiu os impostos sobre indústrias e profissões e sobre diversões públicas.

A sequência correta é:

- (A) 1, 2, 3 e 4;
 (B) 1, 2, 4 e 3;
 (C) 1, 3, 2 e 4;
 (D) 1, 4, 3 e 2;
 (E) 3, 2, 1 e 4.

64

Em relação ao tópico “Estado Regulador”, trata-se dos principais objetivos da regulação, EXCETO:

- (A) bem-estar do consumidor;
 (B) melhoria da eficiência alocativa, distributiva e produtiva do setor;
 (C) segurança e proteção ambiental;
 (D) prestação direta dos serviços, com vistas à universalização;
 (E) interconexão entre os diferentes provedores.

65

Entre 2013 e 2014, o Brasil pode ter alcançado o pleno emprego. Esse cenário é caracterizado pelo(a):

- (A) uso eficiente da totalidade dos recursos produtivos, descontada uma taxa natural de desemprego;
 (B) ocorrência apenas do desemprego friccional, ou seja, há destruição “criativa” de empregos;
 (C) ocorrência apenas do desemprego estrutural, ou seja, a informação assimétrica impede o preenchimento de vagas;
 (D) atingimento da taxa natural de desemprego, decorrente apenas do desemprego conjuntural;
 (E) crescimento da produtividade em ritmo maior do que os salários pagos aos trabalhadores.

66

Com relação à teoria do consumidor, analise as afirmativas a seguir.

- I. Rafael é um consumidor que tem preferência pelos bens x e y dada por $U_R(x, y) = \sqrt{xy}$. Já Antônio é um outro consumidor com preferência representada por $U_A(x, y) = 3x^3y^3 + 5$. Se a renda de Rafael e Antônio são iguais, sabe-se que suas cestas de consumo também serão.
- II. Mariana adora ir ao cinema. No cinema, Mariana gosta de consumir um pacote de pipoca com dois copos de refrigerante, sempre nessa mesma proporção fixa. No ano, Mariana tem R\$ 150 para gastar em pipoca e refrigerante no cinema. Se o preço de um pacote de pipoca é R\$ 20 e o preço de um copo de refrigerante é R\$ 5, então a demanda anual de Mariana por pipoca no cinema é de 5 pacotes.
- III. Se a função utilidade for representada por $U(x, y) = x^2y^3$, então esse consumidor aloca 40% da sua renda no bem y .

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
 (B) somente III;
 (C) somente I e II;
 (D) somente II e III;
 (E) I, II e III.

67

Karoline tem preferência pelos bens x e y descrita pela seguinte função utilidade: $u(x, y) = x^{1/2}y^{1/2}$

Inicialmente, Karoline demanda 25 unidades do bem x e 16 unidades do bem y . Caso Karoline passe a consumir 4 unidades do bem x , mas tenha um choque de renda de modo a continuar sobre a mesma curva de indiferença inicial, a taxa marginal de substituição nesse novo ponto de consumo será:

- (A) 100;
 (B) 72;
 (C) 50;
 (D) 36;
 (E) 25.

68

Suponha uma economia na qual as preferências de Ana dependem apenas dos bens x e y . A elasticidade preço da demanda de Ana pelo bem x é de -2, a elasticidade preço cruzado da demanda por x é de -0,5, e a elasticidade renda de Ana pelo mesmo bem é de 2,5.

Então, se houver um aumento de 1% tanto no preço do bem x quanto no preço de y e na renda de Ana, o impacto total sobre a demanda de Ana pelo bem x é de:

- (A) 2,5;
 (B) 1;
 (C) 0,5;
 (D) 0;
 (E) -2.

69

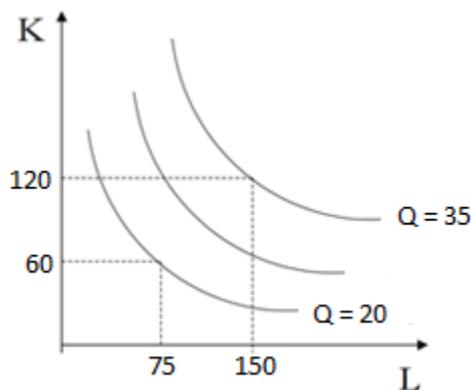
Raul possui uma riqueza inicial dada por $W = 196$, e se vê obrigado a participar de uma loteria que pode aumentar a sua riqueza em R\$ 60, com probabilidade de $1/3$, ou subtrair R\$ 96, com probabilidade de $2/3$. Sua utilidade Von-Neumann Morgenstern é dada por $u(W) = W^{1/2}$.

Então, o máximo que Raul está disposto a pagar para se livrar do risco dessa loteria é:

- (A) 100;
- (B) 72;
- (C) 64;
- (D) 52;
- (E) 36.

70

A figura abaixo ilustra algumas isoquantas de uma determinada função de produção de uma firma. A isoquanta $Q = 20$ representa as combinações dos insumos capital e trabalho necessárias à produção de 20 unidades do produto.



Sobre a tecnologia e a estrutura de custos dessa firma, é correto afirmar que:

- (A) o custo médio é constante e, para qualquer nível de produção, igual ao custo marginal;
- (B) o custo médio é crescente e, para qualquer nível de produção, sempre menor do que o custo marginal;
- (C) o custo médio é crescente e, para qualquer nível de produção, sempre maior do que o custo marginal;
- (D) o custo médio é decrescente e, para qualquer nível de produção, sempre maior do que o custo marginal;
- (E) a firma apresenta tecnologia com retornos crescentes de escala.

71

Um mercado de concorrência perfeita é composto por N empresas, todas caracterizadas pela função custo $C(q) = 2q^3 - 2q^2 + 10,5q$.

Se a função demanda agregada do bem é dada por $Q = 3000 - 50P$, no equilíbrio de longo prazo o número N de empresas nesse mercado é de:

- (A) 500 empresas;
- (B) 1.000 empresas;
- (C) 2.500 empresas;
- (D) 5.000 empresas;
- (E) 15.000 empresas.

72

O governo do país hipotético de Puriibesquitão está preocupado com o consumo de cigarros de sua população. A demanda agregada por cigarros nesse país, por maços de cigarro, é dada por $Q_D = 60000 - 2000P$, enquanto a oferta agregada por cigarros, também medida em maços de cigarro, é $Q_S = 4000P$. Com a intenção de diminuir o consumo de cigarros, o governo resolveu adotar um imposto de 3 reais por maço.

Nesse caso, é correto concluir que:

- (A) o excedente dos consumidores diminuiu em 5.000 unidades monetárias;
- (B) a redução do excedente dos produtores foi exatamente igual à dos consumidores;
- (C) o excedente do produtor diminuiu mais do que o do consumidor;
- (D) o excedente do consumidor diminuiu mais do que o do produtor;
- (E) a perda de peso morto foi de 4.000 unidades monetárias.

73

Quanto ao mercado de concorrência imperfeita, analise as afirmativas a seguir.

- I. No duopólio de Bertrand com duas firmas com custos marginais constantes e iguais recupera-se o mesmo preço de equilíbrio do mercado de concorrência perfeita.
- II. Em um equilíbrio de longo prazo de concorrência monopolística, não haverá ineficiência dado que o preço é igual ao custo médio.
- III. Um monopolista que determina o preço pela regra de mark up sempre opera em uma faixa de preço em que a demanda é preço elástica.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

74

Uma firma monopolista maximizadora de lucro escolhe um nível de produção associado a uma elasticidade preço da demanda igual a -3.

Se seu custo total é dado por $c(Q) = 10Q$, infere-se que o preço escolhido por essa firma monopolista é de:

- (A) 57 unidades monetárias;
- (B) 42 unidades monetárias;
- (C) 30 unidades monetárias;
- (D) 21 unidades monetárias;
- (E) 15 unidades monetárias.

75

Considere duas firmas que operam em um mercado de Cournot. A demanda agregada desse mercado é caracterizada por $Q = 28 - P$, onde Q é a produção total, ou seja, $Q = Q_1 + Q_2$, onde Q_1 é a produção da firma 1 e Q_2 é a produção da firma 2.

As empresas apresentam as seguintes estruturas de custos totais: $CT_1(Q_1) = Q_1^2 + 18Q_1$ e $CT_2(Q_2) = 22Q_2 + 1$.

A diferença entre o lucro dessas duas empresas é de:

- (A) 20 unidades monetárias;
- (B) 15 unidades monetárias;
- (C) 10 unidades monetárias;
- (D) 5 unidades monetárias;
- (E) 1 unidade monetária.

76

Considere o jogo estático descrito pela matriz abaixo, que descreve a relação entre dois jogadores 1 e 2,

		Bia	
		III	IV
Ana	I	4 ; 2	2 ; 1
	II	2 ; $y - 1$	y ; 3

onde $0 \leq y \leq 1$ é uma constante.

Com base nesse jogo, analise as afirmativas a seguir.

Se $y = 3$, um equilíbrio de Nash do jogo seria Ana jogar I e Bia jogar III.

Se esse jogo fosse transformado em um jogo sequencial com Ana jogando primeiro, e se $y = 1$, um equilíbrio perfeito em subjogos desse novo jogo sequencial seria Ana jogar I, e Bia jogar IV quando Ana escolher I, e IV quando Ana escolher II.

III. O jogo acima é do tipo “dilema dos prisioneiros”.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

77

Sobre o Plano de Metas adotado na segunda metade da década de 1950, é correto afirmar que:

- (A) foi extremamente exitoso quando medido pelo bom crescimento do produto interno bruto, pelo controle da inflação abaixo dos 10% ao ano e das contas externas do Brasil;
- (B) o principal mecanismo de financiamento do plano foi a inflação, decorrente da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito, que viabilizaria os investimentos privados;
- (C) os principais setores contemplados com investimentos com o plano foram os de transporte, alimentação e educação;
- (D) foi um plano de investimentos em infraestrutura, bens de produção, energia e exportação com o intuito de dar legitimidade ao poder pelo crescimento econômico;
- (E) foi caracterizado principalmente por pesados investimentos privados nos setores industrial e de infraestrutura.

78

Com relação aos planos PAEG e II PND do período de ditadura, analise as afirmativas a seguir.

- I. O II PND foi um plano que acabou sendo prejudicado pelas condições de mercado internacionais.
- II. O II PND foi um plano de investimento público e privado de ajuste externo.
- III. O PAEG foi um plano de combate à inflação condicionado a não ameaçar o crescimento econômico.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

79

Com base nas políticas de combate à inflação das décadas de 1980 e 1990, é correto afirmar que:

- (A) o Plano Real foi um plano que contou com o congelamento de preços e a reforma monetária, de grande impacto e sucesso, que conseguiu controlar a inflação por longos anos;
- (B) no Plano Collor I, além do bloqueio das poupanças na tentativa de controlar a demanda para combater a inflação, foi feito também um ajuste fiscal pautado fortemente no corte de gastos públicos;
- (C) no Plano Verão foi adotada uma nova moeda, o cruzeiro novo, em virtude da perda de valor do cruzeiro;
- (D) o Plano Bresser foi um plano híbrido que tinha a intenção de adotar políticas fiscais e monetárias contracionistas;
- (E) os Planos Collor I e II apenas fracassaram em eliminar a inflação porque conseguiram tirar o país de uma grande recessão econômica que enfrentava.

80

Sobre a previdência social e suas principais reformas a partir da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- (A) a reforma trazida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, trouxe o fim da aposentadoria com proventos integrais para os servidores que ingressaram no serviço público após o advento dessa Emenda;
- (B) a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, também estabeleceu critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional;
- (C) o fator previdenciário – uma fórmula matemática aplicada sobre o salário para definir o valor do benefício que leva em conta a idade do trabalhador, além do tempo de contribuição, foi uma regra implantada a partir da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, para desestimular a aposentadoria precoce;
- (D) a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tem entre suas principais mudanças o estabelecimento da aposentadoria por tempo de contribuição e não mais por tempo de serviço, exigindo-se, assim, trinta e cinco anos de contribuição do homem, e trinta, da mulher;
- (E) as reformas adotadas durante os dois governos do presidente Lula focaram em grande maioria em mudanças na iniciativa privada.

Realização

